

## **HABITAR O PATRIMÓNIO: O CASO DO CONVENTO DE CRISTO.**

ÁLVARO JOSÉ BARBOSA  
Universidade Católica Portuguesa<sup>1</sup>

### **RESUMO**

Habitar é permanecer num lugar. É interagir com o espaço, a paisagem, a natureza e os homens. A resultante dessa acção fica assinalada no território e é transmitida às gerações vindouras na sucessão dos tempos. É assim que surge o conceito de património associado ao habitar dos lugares, sejam estes uma casa, um convento, uma cidade, uma paisagem construída, etc. Os lugares do património são o suporte físico da memória social que é transmitida no próprio acto da vivência humana. A memória dos homens radica no modo como eles habitam os lugares. Subtrair-lhes esta característica de vida, esta função do habitar, reduz drasticamente o sentido do património e a sua função de monumento. Procurar manter vivo o património, nas suas múltiplas valências, é a principal tarefa da sociedade moderna, em matéria de conservação do património construído. Podemos dizer que hoje em dia temos todas as soluções técnicas para obviar à conservação dos monumentos. Só não temos as soluções sociais para os manter vivos e actuaentes no nosso mundo contemporâneo. O caso do Convento de Cristo é um paradigma dessa luta, por uma nova forma de conservação centrada na vivência dos lugares, no habitar do património.

### **ABSTRACT**

To inhabit is to stay in a place. It's to interact with space, landscape, nature and men. The result of those actions is marked in the territory and it's transmitted to future generations by the succession of times. By this way the heritage concept appears, associated to the inhabiting of the places, that could be as well a house, a Convent, a city, a built landscape, etc. The heritage places are the physical support of social memory which is transmitted by human existence, itself. The human memory is funded in the way the man inhabits the places. By subtracting them this life characteristic, the function of inhabiting, the sense of heritage will be drastically decreased. Aiming to keep monuments alive in their multiple valences is the main task of modern society, on conservation issues of built cultural heritage. One could say that

---

<sup>1</sup> alvarobarbosa@crb.ucp.pt

nowadays there's a large array of technical solutions in order to conserve monuments and old buildings. However, in our modern world, we don't yet have the social solutions for maintaining them alive and dynamic. The Convent of Christ case is a paradigm of this struggle, for a new conservation figure focused in the living of places, the inhabiting of the cultural heritage.

## **1 – Prolegómenos: Relembrar o tempo e os homens.**

A consciência social da presença de um património cultural espalhado por todo o território, surge no contexto das convulsões que caracterizaram o Portugal do século XIX.

O acontecimento que historicamente mais contribuiu para o despertar dessa consciência foi a extinção das ordens religiosas masculinas, por decreto real de 1834 e iniciativa do governo dos liberais então no poder. Os bens das ordens extintas foram anexados à Coroa. Os conventos, as igrejas, os tesouros do culto, bibliotecas, imagens e objectos de arte, pintura e escultura, foram o saque da expropriação decretada; a sua consumação fazia-se no meio do tumulto e da agitação revolucionária.

Foi assim que teve expressão social a demolição do absolutismo. Quanto ao vandalismo que lhe sucedeu, contra o espólio das ordens extintas, ergueram-se as vozes de alguns desses revolucionários, intelectuais e escritores românticos, como Alexandre Herculano e Almeida Garrett. Herculano foi o primeiro obreiro da salvaguarda do património enquanto movimento social, usando principalmente a revista *O Panorama*, de que era o redactor, quer denunciando os atentados de que os monumentos e obras de arte eram vítimas, quer instigando publicamente o associativismo, em torno do problema, como alternativa à inépcia e ao alheamento das instituições oficiais perante a destruição do património. No n.º77, de 7/7/1843, de *O Panorama* o escritor lança o repto:

[que] ...”*todos os homens que têm um coração português, fizessem uma associação cujos membros estivessem espalhados por todo o reino; que os residentes em Lisboa formassem uma espécie de junta, à qual os das províncias, logo que à sua notícia chegasse a demolição de algum monumento da história ou da arte, remetessem uma breve nota individuando as circunstâncias do edifício e o nome do arrasador quer este fosse autoridade pública quer fosse algum particular.*

Mais tarde esta luta pela defesa do património cultural tomará contornos mais realistas pela mão de Ramalho Ortigão e dos intelectuais da sua geração.

Ao longo do século XIX e no início do século XX, surgiram associações de carácter erudito que visavam estudar e proteger o património de uma forma mais científica e pragmática. Das primeiras destaca-se a Real Associação dos Arquitectos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, fundada em 1864 devido à acção do arquitecto Joaquim Possidónio Narciso da Silva e que foi, por longas décadas, o modelo das futuras associações, como acontecerá em Tomar no início do século XX.

Um ano após o ministro Joaquim António de Aguiar ter extinto as ordens religiosas e nacionalizado os seus bens, outro liberal, o ministro Silva Carvalho, decretava a venda daqueles bens em hasta pública com a finalidade de sanar a situação calamitosa das finanças da Coroa portuguesa. Na realidade não foi isso que aconteceu, pois de imediato um surto de oportunismo se gerou em torno do negócio e a colocação em venda do património das extintas ordens apenas beneficiou as classes mais bem colocadas junto do poder político, permitindo-lhes adquirirem propriedades de grande valor rústico e urbano por preços irrisórios. Assim, foi a burguesia ligada à classe política dominante quem mais aproveitou o ensejo, ficando a Coroa a ganhar muito pouco com isso.

Foi a ocasião para muitos políticos, sem fortuna e sem grande condição social de origem, se promoverem, em termos de angariação de sinais materiais que dessem visibilidade à sua nova condição social. Os conventos, desta maneira adquiridos e transformados em opulentos palacetes, emprestavam à nova classe política o cenário e o aparato de que ela carecia para se colocar ao nível da antiga nobreza, politicamente decadente. O esplendor e o brilho de tradição dos domínios fundiários e dos conventos das antigas ordens religiosas transformavam-se na fachada estatuída com que novos grupos se ensaiavam no palco social.

## **2 – Tomar: o lugar de habitar; a arqueologia da paisagem.**

*...e que então o dito Mestre mandou lançar sortes sobre três cabeços que além do rio havia, e lançaram as sortes por 3 vezes e que por 3 vezes caíra a sorte naquele monte onde agora se vê o Castelo de Tomar, e que então acordaram em povoar nesse monte. [...] E que então o dito Mestre Richaldo começou a povoar o dito cabeço. E que povoando-se que veio o Mestre D. Gualdim Pais e fez o Castelo; e depois deu foro aos povoadores.*

(De um depoimento do inquérito mandado fazer por D. Diniz em 1317 aos lugares da recém extinta Ordem do Templo - ANTT)

A região de Tomar é caracterizada pela diversidade da paisagem colinar do vale do Nabão: a nascente, de relevo suave, por vezes com a fisionomia da planície; a norte/poente de relevo acentuado e com fraca extensão orográfica, o que dá à paisagem a expressão de agrupamentos de morros, alguns com cabeços proeminentes. Foi num desses pequenos agrupamentos colinares, junto ao rio, que os Templários escolheram a elevação sobre a qual fundaram, em 1160, a vila fortificada de Tomar e a sua casa militar provincial. O grupo forma uma unidade de paisagem particular, composta por um conjunto de sete montes que evoluem circularmente de norte para sul, em forma de arco de ferradura que abriga no seu seio um fresco vale descendo para o Nabão. É o vale da Riba Fria que, subindo por entre os montes, de nascente para poente, foi o eixo gerador de toda a paisagem construída a partir da ocupação templária. Ele separa o monte do castelo dos restantes outros. A escolha do lugar evidencia uma situação de defesa estratégica, para a implantação da fortificação.

Nas construções do castelo estão patentes os vestígios de outras eras, que remontam até à época romana, como o testemunha a pedra de altar que, deitada, serve de embasamento ao cunhal sul poente da torre de menagem. Nessa ara lê-se a inscrição *GENIO MUNICIPI*, votiva do espírito do lugar. Essa pedra testemunha também da antiguidade do carisma espiritual do lugar, enquanto área sacra, espaço de culto divino.

Como cidadela fortificada, o castelo vai desenvolver-se, dividido internamente, em três recintos amuralhados distintos; uma larga cintura de muralha os envolve, delimitando assim o seu perímetro exterior. Grande parte desta cintura domina a paisagem de Tomar, emergindo, com os seus flancos sul e nascente, do manto verde da Mata dos Sete Montes.

Duas cortinas de muralhas atravessam interiormente a cidadela, estabelecendo, deste modo, três recintos separados entre si: o mais amplo, a sul, alojava a vila de Tomar; a sua porta, guardada por dois imponentes torreões, dava para o vale que medeia o lugar dos Sete Montes e desce até às várzeas do Nabão; o recinto do meio instituíra-se na arquitectura do lugar como o terreiro do castelo – ou *pátio meão*, assim descrito no século XVI por Pedro Álvares de Seco; o recinto situado a norte era o paço dos Cavaleiros Templários e desenvolvia-se na parte mais elevada da cidadela; era dominado por dois pólos; a nascente, a Alcáçova com a sua torre de menagem, e a poente o

templo fortificado, a Charola Templária como comumente é conhecido.

O incunábulo conhecido por *Leitura Nova da Estremadura*, tomo IV, de D. Manuel I, exhibe, numa das suas iluminuras, uma *vista* deste terreiro, mostrando as duas cortinas de muralha, a Charola com o seu adro e primitiva escadaria de entrada; vêem-se, também, algumas casas do primitivo burgo e dos paços templários e, ao fundo, o pano ocidental da primitiva muralha que as construções manuelinas e joaninas do século XVI abateram.

No século XV, já com a Ordem dos Cavaleiros de Cristo instalada no antigo castelo templário, surge outra assinalável transformação da paisagem. Tratou-se da “urbanização” implementada pelo Infante D. Henrique, o Navegador, na várzea da margem Poente do Nabão, entre o rio e a encosta do monte do castelo. O Infante divide uma parcela da várzea em talhões, traça-lhe as ruas com paralelas e ortogonais ao rio, realiza açudes para utilizar o curso do Nabão como energia motriz e “domestica-lhe” o leito. Mais tarde, D. Manuel I faz alterar a fisionomia do castelo, ampliando para ocidente a Charola: rompe com dois tramos de parede desta, e vencendo a ravina do monte onde o templo se implantava, vai enxertar-lhe, extra muros, uma imponente nave – a qual aloja na sua fachada Poente a famosa Janela do Capítulo. Por essa ocasião D. Manuel expropria os moradores do Castelo, o qual passa definitivamente a ser reduto exclusivo da Ordem de Cristo.

Surge ainda no século XVI, com D. João III, uma outra profunda alteração na paisagem do lugar, originada pela reforma da Ordem, a qual vai implicar a construção de um grandioso convento que se desenvolverá à volta da igreja templária ampliada por seu pai, D. Manuel. Com a reforma da Ordem por D. João III, surgem os aposentos conventuais com base na espacialidade claustral e com estes surge na paisagem a *Cerca Conventual* que vai ocupar o flanco sul do Castelo e Convento, o vale da Riba Fria, e sobe pela encosta dos montes sobranceiros para se estabelecer, murada, ao longo da cumeada destes. É a floresta dos Sete Montes celebrada por Fernão Álvares do Oriente na sua novela *Lusitânia Transformada*:

*Bem junto à ribeira do antigo Nabão, a par de um lugar fresco, a que os seus moradores por justa ocasião chamaram os Sete Montes, porquanto sete montes o rodeiam todo, está uma floresta tão oculta aos olhos dos pastores, que parece que não só à vista mas também aos pensamentos se nega entrada nela.*

A presença dos reis Filipes de Espanha é assinalada na arquitectura do lugar, por uma sacristia e um fontanário maneiristas, e pelo imponente aqueduto que adossado à fachada sul do convento vem trazer a este a água que retira de três fontes distantes cerca de seis quilómetros para poente.

Com D. João IV é restabelecido, na Ordem, o primado da Cavalaria, desta vez sobre a forma de laicado, e, em plena guerra da Restauração, é construída a Enfermaria da Ordem, absorvendo o flanco norte nascente do castelo templário; nos finais do séc. XVII, princípios do séc. XVIII é acrescentado à ala norte do Claustro da Hospedaria um segundo andar, que dá contiguidade à enfermaria e vai articular-se com o convento renascentista no dormitório dos professos – ordenado em celas individuais pelos Corredores do Cruzeiro.

Esta é, em síntese, a história deste conjunto edificado que tem a particularidade de evocar, num único âmbito espacial, sete séculos da história de um povo que durante esse tempo se disseminou pelas sete partidas do mundo. De certo modo a sua história é um símbolo da história desse povo; daí a sua pertinência como paradigma. Mas vamos aos séculos XIX e XX.

### **3 – O Convento da Ordem de Cristo depois da extinção das ordens religiosas.**

É na conjuntura da venda desbaratada dos bens das ordens extintas que, em 1838, é levado à hasta pública um lote de bens imóveis da ordem de Cristo em Tomar, o qual incluía a parte sul poente do convento renascentista, à volta do Claustro dos Corvos, o recinto do castelo templário onde fora, até ao reinado de D. Manuel I, a vila de Tomar e a Cerca do Convento, com uma extensão florestal e agrícola de quarenta e cinco hectares. Adquire esses bens António Bernardo da Costa Cabral, um influente político de então que ascenderá anos depois a ministro da rainha D. Maria II, pela módica quantia, até para a época, de cinco contos de reis. A pequena fachada de palacete neoclássico à maneira francesa, sobranceiro ao terraço do ângulo sul poente do convento é testemunho da passagem deste estadista pela multissecular casa dos Cavaleiros de Cristo, assim como outras obras de pequeno vulto que aí realizou, de adaptação, desta parte do já então *monumento pátrio*, para residência sua e dos seus descendentes; estes durante um século aí habitaram, até à terceira geração, com o título de nobreza tardia de Condes de Tomar.

As restantes construções do conjunto monumental que eram pertença da Coroa constituíam cerca de três quintos da área bruta construída; englobavam os espaços castrejos e os conventuais e tiveram diversos e variados destinos. Assim, o corpo da Enfermaria da Ordem, situada a norte e a nascente, foi ocupado por um hospital militar, em 1909, o qual aí se manteve em exercício até 1993; as construções que rodeiam os pátios dos claustros da Hospedaria e da Micha estiveram na posse de uma companhia da Guarda Nacional Republicana desde o início do século XX até 1935. Outras dependências, nos andares destes claustros, foram transformadas em residências para funcionários públicos, civis e militares, que abandonaram os locais a partir de 1921 com a vinda para o convento do seminário da Sociedade Portuguesa das Missões Ultramarinas. Finalmente o Estado adquiriu, em 1934, aos descendentes de Costa Cabral, todas as propriedades, rústicas e urbanas, que estes detinham por aquisição ou posse do seu antepassado. O conjunto monumental ficou a partir de então confinado a três actividades distintas: A cultural, animada pela associação local de defesa do património, que entretanto se constituíra; a educativa e religiosa, incluindo o culto na igreja conventual, pela sociedade missionária; a hospitalar pela instituição militar.

#### **4 – O nascer do habitar cultural: a associação de defesa do património do Convento de Cristo durante o século XX.**

Nos princípios do século XX, Tomar albergava uma intensa vida militar. O convento de S. Francisco, na cidade, era o quartel do regimento de Infantaria 15 e o rossio da Várzea Grande diante do convento era a parada do quartel. Havia também o tribunal militar, o já referido hospital militar e vários outros serviços subsidiários das actividades militares. A população de Tomar viu-se assim aumentada por um surto de novas profissões: militares de carreira, médicos, engenheiros, advogados, etc. É nesta conjuntura que se forma uma classe social culta, exógena à população autóctone, que é aceite por esta e que acaba por fazer seus os padrões culturais dos grupos forasteiros. Até então, para a memória colectiva tomarense o Convento de Cristo era a casa dos senhores da terra, seus cobradores de impostos, rendas e administradores de justiça seculares, até que o liberalismo veio pôr cobro à situação. É este o sentimento que transparece na imprensa periódica local dos finais do século XIX – o jornal *A Liberdade*. Como se pode verificar pelos muitos escritos que

deixaram nos anais da sua associação, para estes forasteiros, recém instalados, o Convento de Cristo era um expoente impar dos valores culturais e espirituais da nação e simbolizava a memória desta desde a sua fundação, com os Templários, à sua expansão no mundo e afirmação da sua soberania, com os Cavaleiros de Cristo. Em suma, era, este monumento, o repositório da *mística* da nação portuguesa.

É neste contexto que em 1918 é constituída em Tomar uma associação de defesa do Convento de Cristo e Castelo de Tomar: *A União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo*. Durante cinquenta anos, esta associação vela e cuida da conservação do monumento, aí mantendo um museu monográfico, arqueológico e lapidar; os seus membros organizam pela primeira vez a pesquisa documental sobre a Ordem de Cristo e o seu *Termo de Thomar*, publicando a documentação da sua vida Associativa, Cultural e Científica, através de boletins periódicos: os Anais da UAMOC.

Cerca de 1968, esta associação entra em letargia, no seguimento do desaparecimento gradual dos membros mais antigos e na falta de renovação do tecido associativo. Depois, até à década de 80, a actividade cultural do Convento será reduzida a mera visita turística.

## **5 – Do abandono e da perda de conservação. A década de 1974-1984.**

O fim da actividade da UAMOC é concomitante com a agonia do discurso político do Estado Novo exaurido pela guerra colonial e pelo crescente repúdio das forças vivas da nação à ditadura do regime. Os tempos de revolta estavam próximos e o golpe militar de Abril de 1974 veio consumá-los. Por um período de dez anos, tudo foi, bom ou mau, posto em causa, inclusive os próprios monumentos nacionais, principalmente aqueles em que o regime deposto se revia como razão de poder e adoptara como símbolos ou apanágio do seu actuar. E, como tantos outros, o Convento de Cristo foi preterido a outras formas de afirmação cultural da classe que então se agitava na cena política e de que o processo revolucionário em curso, o *PREC*, foi tão pródigo.

O abandono a que foi votado nos dez anos a seguir ao 25 de Abril é abundantemente assinalado, conforme o exemplificam as fotografias da época, pela invasão da vegetação infestante que chega a apropriar-se de partes inteiras do conjunto monumental, como foi o caso da cerca da vila medieval, no castelo, cujos pomares de laranjeiras e a grande muralha que a delimita pelo sul ficaram completamente submersos pela vegetação, impedindo o reconhecimento visual do



lugar e a circulação pedestre. A perda de conservação veio provocar danos gravosos no castelo templário, sobretudo no início da década de oitenta quando, curiosamente, o conjunto monumental estava a ser objecto de um dossier de candidatura a Património da Humanidade.

Curiosamente, também nesta altura de novo a cobiça se avizinhava do monumento, como de muitos outros, por ver neles uma presa, frágil, ao lucro fácil, seguro, e prestigiante – desta vez não em nome do proveito particular como na burguesia de oitocentos, mas em nome de interesses económicos obscuramente democráticos que entendiam tornar os monumentos mais acessíveis ao público através da sua exploração como equipamentos turísticos, de pendente hoteleira, em suma, a sua adaptação a Pousadas. Na verdade, não se tratava de modo algum de dar visibilidade social aos monumentos mas sim de transformar a sua “mística” patrimonial em chamariz de dinheiro. Lê-se a esse propósito o seguinte comentário numa notícia publicada num semanário de Tomar de 09-07-1982:

*[...] Finalmente há bons indicativos para a reconstrução (?) dos Paços do Infante, com duas componentes: a turística e a cultural. Pensa-se com efeito adaptar o espaço disponível a uma estalagem devidamente enquadrada e a instalações para o desenvolvimento cultural com a construção de um auditório.*

*Estas perspectivas promissoras são o resultado das diligências que vêm sendo feitas pelo Presidente da Câmara e Vereador do Pelouro da Cultura.*

O *espaço disponível* era as ruínas medievais, moçárabes e romanas, que ainda esperam por ver o dia em que o seu estudo se venha a consumir, pelas instâncias públicas que tutelam o monumento e a investigação arqueológica.

## **6 – O dilema da Conservação: Manutenção versus empreitada de Obras Públicas.**

Eram particularmente evidentes os sinais da degradação provocada pelo abandono da prática da conservação. Dentro do recinto da antiga vila de Tomar, todos os muros de suporte aos socialcos dos pomares apresentavam brechas. A muralha das frentes sul e nascente do castelo careciam de urgente limpeza e reparação das alvenarias. Porque o Seminário das Missões, instalado no convento renascentista, deixara de ter alunos, também cessara o usufruto dos pomares, cuja manutenção, por um saudável princípio de segurança dos que o frequentavam, era continuamente satisfeita obviando à conservação dos muros e de outras construções. Assim, o que era

facilmente conservado pela manutenção resultante da normal vivência do edificado e dos lugares entrava rapidamente em degradação pelo abandono e falta da simples intervenção preventiva e conservativa. E é o acumular de pequenas degradações, que traz a iminência de ruína e a necessidade compelida de realização de grandes obras de restauro: a empreitada de obras públicas, como aliás dizia um colunista local, por essa altura:

*[...] Mas os nossos monumentos [...] são administrados a partir de Lisboa [...]. Pertencem ao IPPC, que depende do Ministério da Cultura. São conservados e restaurados sob a égide da Direcção-Geral dos Monumentos Nacionais, que dependem do Ministério da Habitação, Obras Públicas e Transportes.*

*Nenhuma das entidades citadas dispõe na província de equipas para restauro de monumentos. Limitam-se a dar de empreitada o que pretendem fazer. Daqui resultam casos curiosos. E onerosos para os contribuintes: como não é “normal” dar de empreitada a colocação de meia dúzia de telhas num monumento qualquer, aguarda-se que o telhado ameace ruína para então lançar a empreitada. O que custava centenas de escudos passa a custar centenas de contos.*

(em “A Tribuna de António Rebelo”. Jornal *Cidade de Tomar*. 15-04-1983)

## **7 – O património entre o alheamento e o acaso.**

Nas vésperas do Natal de 1983, a queda de uma grua no adro da igreja do convento, mesmo em frente ao seu portal manuelino, provocou avultados estragos na escadaria neoclássica que liga o adro ao terreiro do jardim do castelo. Tal acidente suscitou na opinião pública a ideia de que as coisas corriam segundo o acaso e que havia, por parte das entidades implicadas no processo, um certo alheamento do que lá se estava a passar, concomitantemente com o facto do seu conservador não ser versado nas questões da Arquitectura, e como tal não estar habilitado a ajuizar das questões múltiplas e diversas que a realização de obras e, em particular, as que decorrem em monumentos, levantam. Tal situação levou a que o próprio conservador, licenciado em história, no fim do seu mandato, propusesse a nomeação de um arquitecto como conservador daquele monumento; o que veio a acontecer em Outubro de 1985.

É então que é feito um levantamento global, documentado fotograficamente, da degradação que vitimava o monumento, da falta de manutenção de que padecia o conjunto monumental, em particular o castelo templário cuja inspecção das muralhas levou a descobrir, meio metro abaixo da camada de terra e manta morta, a alvenaria do embasamento da muralha, o alambor, arruinado pela invasão das

árvores e espécies infestantes da mata vizinha, iniciada cinquenta anos atrás, sem que nunca tivesse sido objecto da mais elementar acção de limpeza e manutenção.

Essas acções elementares de limpeza e manutenção vieram a ser levadas a cabo: as primeiras por voluntários do Agrupamento de Tomar do Corpo Nacional de Escutas, as de maior vulto com recurso a programas ocupacionais do Instituto de Emprego, ao escasso pessoal do monumento e trabalhadores precários, corajosos. E depois vieram as obras, sempre onerosas, de reparação e consolidação do alambor e de alguns panos de muralha, feitas pela administração central.

## **8 – A mudança cultural na filosofia de viver a memória do lugar.**

Com o fim da UAMOC, o esmorecimento do seminário das missões, e, sobretudo, com a passagem da tutela do monumento, do Ministério das Finanças para o Ministério da Cultura, surge a ocasião de repensar a vivência deste singular património da cultura portuguesa. É então que o filósofo Eduardo Lourenço, a pedido do Instituto Português do Património Cultural (IPPC), elabora um parecer, em Maio de 1983, sobre a reutilização do Convento de Cristo e propõem a criação nos espaços conventuais de um:

*Centro de Estudos Históricos sobre o Renascimento e os Descobrimentos Portugueses, (para que o Convento de Cristo fosse) em termos culturais o que a Abadia de Royaumont ou Cerisy têm sido para a França i. e. centros de acolhimento para colóquios do mais alto nível incidindo sobre o passado ou sobre o presente da nossa cultura tanto no âmbito nacional como internacional.*

Por volta de 1985, o Convento começa a ser procurado por uma nova forma de público, para uma nova relação para com o monumento. Este novo público é os artistas e as colectividades culturais que reconhecem no espaço conventual o *clima* propício para as suas actividades artísticas e culturais. Acontecem então nas instalações do vazio seminário experiências de actividades culturais permitidas pelo seu solitário reitor. Essas actividades são cursos universitários de Verão, estágios musicais e eventos de teatro.

Um acordo estava então em curso entre o IPPC e a Sociedade das Missões, onde esta libertava a maioria do espaço conventual em troca de obras para o redimensionamento da sua ocupação conventual, desta feita restringida a uma *casa de retiro* adstrita à zona que fora a casa do Conde de Tomar.

Em finais de 1986 tal acordo vai permitir ao historiador Luís de

Albuquerque, a pedido do IPPC, realizar um estudo para a implementação de um *Centro de Estudos e Reuniões*, com base na sua experiência com o palácio São Marcos em Coimbra. Pela mão deste catedrático, este estudo será o primeiro a dar forma ao projecto de intenções de Eduardo Lourenço.

Nessa ocasião havia três instituições que habitavam o monumento e a sua vivência era pautada por três actividades distintas: o culto religioso, nomeadamente a missa dominical na igreja templária, mantido pelos padres da Sociedade das Missões; a visita turística de alguns espaços conventuais e do castelo, proporcionada pela administração do IPPC, desde 1982; a acção médico hospitalar, pelo Hospital Militar n.º 3, nos espaços da antiga enfermaria e da botica conventuais. Esta situação vai manter-se até 1992.

### **9 – O Projecto de Conservação do IPPC.**

No domingo de Pentecostes de 1987, a luz dos poderosos holofotes da Radiotelevisão Portuguesa projecta para a Europa a imagem das degradadas pinturas murais do alto da Charola, enquanto no templo, perante os responsáveis do Património Cultural, entidades oficiais e numerosos fiéis, o senhor bispo da diocese de Santarém celebrava a eucaristia. Com este evento mediático, o mundo ficara a saber do estado de degradação de tão peculiar monumento, património da Humanidade. Incidentalmente, o caso vai incitar as instâncias do poder a intervir contra o abandono a que o monumento fora votado nas últimas décadas. Nos finais desse mesmo ano a direcção do Instituto do Património anuncia na comunicação social a implementação, a partir de 1988, de um *Projecto de Conservação* no valor de um milhão de contos, co-financiado em 50% pela então Comunidade Económica Europeia, para recuperação do conjunto monumental. Esse projecto contemplava a renovação da vivência cultural do convento renascentista através da criação de um *Centro de Estudos Históricos*, com uma unidade hoteleira de *apoio ao funcionamento do centro de estudos*.

Todavia, em curso de execução do plano, para uma utilização mais adequada dos espaços conventuais ao Centro de Estudos, a direcção do IPPC decide indemnizar os Missionários contra a devolução integral dos locais ocupados pela sua instituição desde 1921. Nessa ocasião, um gabinete de arquitectos elabora um estudo para a utilização dos espaços, onde prevê a instalação da unidade hoteleira de apoio.

A fim de serem formadas parcerias para a implementação do centro cultural de encontros, a ENATUR é convidada a participar no projecto da *unidade hoteleira de apoio*. Esta empresa avança, porém, com uma proposta de *Pousada*, cujo programa ocupava o grosso dos espaços conventuais, devolutos, pelo *trespasse* de 115 000 contos, para o Centro de Estudos. A vocação dos espaços conventuais era desta feita desrespeitada, desvalorizada, e o co-financiado *Projecto de Conservação* ficava assim comprometido.

Por um efeito de manobra de diversão, o programa cultural do centro de encontros é abandonado, esquecido, oculto da visibilidade social, em favor da ideia de criação de uma pousada da ENATUR. Mas na comunidade local, a cidade de Tomar, as reacções dos agentes sociais que se sentiam implicados no assunto não se fazem esperar e a polémica instala-se, sobretudo veiculada pela imprensa e rádio cidadina. Segue-se que as reacções são, na sua maioria, adversas à ideia de criação da pousada.

Os espaços preconizados para a unidade hoteleira pelo gabinete de arquitectos restringiam-se à zona sul poente do convento, às construções do Claustro dos Corvos, onde fora a casa do conde de Tomar e onde, entretanto, em 1987, foram feitas obras para realojamento da casa de retiro dos missionários. Além destes aposentos, os espaços pretendidos pela ENATUR para a sua pousada englobavam zonas quer destinadas a serem abertas ao público, como era o caso do dormitório dos professores – os corredores do cruzeiro, com a sua capela e as numerosas celas – e o refeitório conventual, quer zonas destinadas à nova vida cultural que se almejava para o monumento. Por outro lado, outras apropriações do espaço atentavam contra a integridade de partes do monumento, nomeadamente a transformação das celas em quartos, e a famosa adega, sob o refeitório conventual, em cozinha.

Em suma, como o conjunto monumental, classificado Património da Humanidade pela UNESCO, ia ficar preterido ao empreendimento hoteleiro, dá-se a recusa do IPPC às pretensões de ocupação do convento renascentista com a alegada pousada. A ENATUR abandona a parceria no projecto do centro cultural de encontros no convento.

Em 1993 dá-se a extinção do Hospital Militar n.º 3, com o respectivo abandono dos espaços da Enfermaria conventual. Por iniciativa de agentes sociais ligados ao turismo e próximos da administração central, abre-se de novo a hipótese de instalação de uma unidade hoteleira autónoma no conjunto monumental. Mas a empresa envolvida perde o interesse pelo empreendimento, verosimilmente por

o avaliar inviável para a sua dimensão operadora. De facto, três décadas atrás, a ideia de reutilizar os espaços conventuais onde funcionava o hospital militar como unidade hoteleira já havia circulado nos meios que tutelavam ou interagiam com o monumento. Assim o demonstra o projecto de pousada da DGEMN de 1964.

Apesar de nunca mais se ter falado no projecto de conservação de 1987, uma exposição de âmbito nacional, realizada nos espaços do convento renascentista, por uma comissão oficial, sobre o tema do Infante D. Henrique, volta a dar luz à dimensão cultural, polivalente, do monumento. Assim, na Primavera de 1994, a abertura ao público dos Corredores do Cruzeiro, com a exposição *O Rosto do Infante*, vai mostrar ao público a face oculta da clausura conventual, de um monumento que está muito mais além do ícone da manuelina *Janela do Capítulo*, com que se estratifica, e até banaliza, a imagem do conjunto monumental, nos meios turísticos.

## **10 – O reconhecimento oficial da vocação do monumento para *centro cultural de encontros*.**

Entretanto, e desde a altura em que se instalou na vida tomarense a polémica da pousada, o monumento começou a ser procurado, cada vez com mais frequência, por instituições e colectividades, para palco ou lugar de suas actividades culturais, espectáculos de teatro, concertos musicais, exposições.

Inicialmente os espectáculos musicais e de teatro, as exposições de arte, eram eventos que interagiam com a visita pública ao monumento. Depois começam a surgir as actividades culturais com estadia no espaço de clausura: cursos, seminários, estágios de curta duração, etc. O primeiro curso intensivo de música tem lugar no Verão de 1992. O alojamento é inicialmente possível graças ao empréstimo de equipamento pelo Exército – Regimento de Infantaria 15 de Tomar – e pelo Ministério da Educação – Residência dos Serviços Sociais de Tomar.

Gradualmente, à medida que o Monumento vai assumindo a sua função de *Entidade Hospedeira*, vão sendo equipados os locais conventuais que anos antes haviam sido remodelados para realojar os Missionários, antes de estes abandonarem definitivamente, em 1991, o Convento.

Em 1995, o IPPAR assume explicitamente esta vertente de entidade hospedeira como característica do monumento, ao dar início aos cursos de formação profissional com alojamento, quer para o seu

pessoal, quer para candidatos externos, no âmbito de protocolos com o Instituto de Emprego e Formação Profissional. Os cursos residentes de longa duração, embora sem a componente de alojamento, já haviam tido início em 1987 com um curso de formação profissional de Cantaria Artística, de três anos de duração. Em 1999-2001, um curso de jardineiros de monumentos proporcionou inclusive o surgimento, em Tomar, de uma empresa da especialidade.

Em Março de 2002 o IPPAR toma posse dos locais da Enfermaria e Botica conventuais devolutos e abandonados, havia 9 anos, pela extinção do Hospital Militar n.º 3.

A parte urbana do conjunto monumental volta a estar reunido sob a tutela de uma única entidade estatal, ao fim de 165 anos.

São sete séculos de história que voltam a encontrar a sua unidade espacial, a qual se desenvolve por cerca de 4,5 hectares de área bruta construída, incluindo as construções castrejas, e cerca de 3,7 hectares de área útil, a maior parte distribuída pelos quatro pisos do convento renascentista – falta agora restituir ao convento de Cristo a sua cerca de clausura, de quarenta e cinco hectares.

Por volta da ocasião em que decorre essa histórica reunificação, a tutela publica um documento em que expressa oficialmente e em termos inequívocos a vocação do monumento para *centro cultural de encontros* pelo conjunto de actividades preconizadas para os seus espaços e pelas quais os monumentos são reconhecidos na União Europeia com aquela *designação*. Diz o documento *PATRIMÓNIO. Balanço e Perspectivas [2000-2006]*, do IPPAR:

Para além das “*obras de beneficiação, restauro e recuperação dos imóveis [...] O convento de Cristo, pela quantidade e qualidade de espaços que dispõe, possui capacidade para acolher componentes de diversos perfis [...] Entre estas componentes cabe destacar [...]*”

- *Instalação de um centro de Formação*
- *Instalação de um centro de Investigação*
- *Instalação de um pequeno Núcleo de Animação de Estudos. [...]*

*Estas componentes obedecerão a princípios de contratualização com entidades terceiras, de forma a assegurar a respectiva gestão e desenvolvimento. [...] Trata-se de tirar partido das potencialidades de hospedagem do Convento e da possibilidade de ali fazer incidir um programa de comodidades para conferências e aulas”* (nosso sublinhado).

Finalmente, a administração central reconhece para o monumento o que já era, há mais de dez anos, do domínio público como vocação da sua arquitectura: a *polivalência na reutilização* dos seus espaços, como já era assim definida a pluralidade vivencial do lugar, em 1989, num semanário tomarense.

Sobre essa reutilização é pertinente apresentar alguns excertos sobre o Convento de Cristo, do referido documento do IPPAR e complementá-los com os sinais da massa crítica que sobre os seus desígnios espontaneamente se formava, nos anos oitenta, e exprimia a sua voz na imprensa local:

*Centro de Formação: o centro de formação poderá assegurar uma componente de formação na área da arquitectura e património, de modo a funcionar como pólo reforçado de especialização de cursos da mesma índole que decorram em estabelecimentos de ensino superior.*

A génese desta *componente de formação* teve início no Verão de 1984 com um curso, levado a cabo por um estabelecimento de ensino universitário.

*Centro de Investigação: por maioria da razão e autonomamente poderá ser constituído um Centro de Investigação sobre a Arquitectura Ibérica do Renascimento, paralelos a estruturas de escala pequena (como o Centro Andrea Palladio, o Centro Studi Leon Battista Alberti), gerido em parceria com o IPPAR e com ligações ao tecido universitário, vocacionado para a organização de simpósios, cursos e cursilhos de temática homóloga, com periodicidade semestral e anual e um conjunto de docentes convidados.*

Já em 1987, noticiado no semanário *Cidade de Tomar*, a Doutora Maria da Conceição Pires Coelho, então professora da Faculdade de Arquitectura de Lisboa, dizia que *Tomar possui um tesouro tão grande que nunca será demais estudá-lo*, em alusão à arquitectura renascentista do Convento de Cristo, objecto da sua tese de doutoramento.

*Núcleo de estudos: tendo em conta a especificidade do convento de Cristo, equaciona-se a hipótese de criação de um Núcleo de Estudos Tradicionais, relativo à simbólica e às ciências tradicionais, procurando estribar o seu trabalho em perspectivas de investigação ligadas, igualmente, aos estudos literários, à história da arte e à antropologia do imaginário e antropologia cultural em geral, mediante um enquadramento académico sustentado. Tal núcleo obedeceria a um perfil idêntico ao acima exposto para o Centro de Investigação [...].*

Estes *estudos tradicionais* haviam começado a ocorrer em Tomar, tendo como pólo o conjunto monumental, em 1983, por um grupo internacional composto, na sua maioria, por professores universitários. De novo reunidos em Setembro 1985 sob a égide do município tomarense, esses investigadores propuseram, conforme publicitou a imprensa da época, a *institucionalização dos Encontros Internacionais*



*de Tomar baseada no interesse do Convento de Cristo ser considerado pela UNESCO Património da Humanidade.*

## **11 - Epílogo:**

A vivência cultural testemunhada nos últimos 20 anos, no Convento de Cristo, demonstra que os monumentos começam a ser procurados por uma nova forma de público, numa nova relação com o património. Este novo público tanto é os artistas, agindo isoladamente, como as colectividades culturais, científicas, que reconhecem no espaço monumental o *clima* propício para as suas actividades e para novas maneiras de integrar o património na vida quotidiana. Existe, portanto, manifestamente, uma nova forma, polivalente, de habitar o património, e disso o Convento de Cristo é o paradigma. Cabe assim aos arquitectos entender o fenómeno como tal e interiorizar esta ideia como um preceito deontológico, como uma premissa do seu quotidiano profissional a transmitir, pelo agir, para o quotidiano social. Ao que vem a grande questão de fundo:

Hoje, em Portugal, que papel desempenham os estabelecimentos de ensino da Arquitectura na tarefa de *habitar o património*?

Para responder a esta questão é necessário que o ensino da Arquitectura forme os futuros arquitectos para o ofício de conservar o património. Só há futuro para o património se ele for conservado. E o património só é conservado se existir, para o quotidiano social, como um espaço de vivência, com o seu carisma de memória. Só assim se vencerá a amnésia cultural de que o *habitar do património* padece.

## **BIBLIOGRAFIA**

AA. VV., *ANAIS DA UNIÃO DOS AMIGOS DOS MONUMENTOS DA ORDEM DE CRISTO* – 1918 -1968.

*PEDIDO DE APOIO À CEE PARA A RECUPERAÇÃO DO CONVENTO DE CRISTO. MEMORANDO*, IPPC, 1987.

AA. VV., *DAR FUTURO AO PASSADO*. IPPAR. Catálogo da Exposição, Dezembro, 1992.

AA. VV., *PATRIMÓNIO, BALANÇO E PERSPECTIVAS. MEMORANDO*, IPPAR, 2001.